

■ ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL

CGU participa do 5º Encontro Plenário da GlobE Network

■ ONU

A CGU participa em nível ministerial da 79ª Assembleia Geral das Nações Unidas

■ OEA

CGU acompanha a 42ª Reunião de Peritos do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (Mesicic)

Brasil recebe visita dos peritos do Mesicic da Sexta Rodada de Avaliação

NOTÍCIAS DA ASCOM

[Ministro da CGU participa, em Nova Iorque, na sede da ONU, de evento sobre corrupção e ação climática](#)

[Brasil assumirá a copresidência da OGP](#)

[Evento internacional discute desafios e avanços no acesso à informação pública](#)

[Ministro da CGU faz abertura da 6ª Rodada de Avaliação da Convenção Interamericana contra a Corrupção](#)

[Ministro da CGU participa, em Nova Iorque, de evento do B20 sobre integridade no setor privado](#)

[CGU recebe visita técnica de delegação de Cabo Verde](#)

[Artigo de servidores da CGU sobre auditorias anticorrupção baseadas em IA é publicado em revista internacional](#)

[CGU promove II Seminário Internacional para fortalecer boas práticas regulatórias no Brasil](#)

[CGU Lab representa a CGU em Fórum Internacional sobre Fraude no Setor Público](#)

ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL

COOPERAÇÃO BILATERAL

CGU recebe delegação de Cabo Verde

Entre os dias 16 e 20 de setembro, a Controladoria-Geral da União (CGU) recebeu delegação do Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial de Cabo Verde, formada por servidores da Inspeção Geral de Finanças (IGF) e da Unidade de Tecnologias, Inovação e Comunicação (UTIC). O objetivo da visita foi a troca de experiências no âmbito das atividades de auditoria e a assimilação de novas tecnologias para Cabo Verde.

A delegação caboverdiana foi recepcionada pela secretária executiva da CGU, Eveline Martins Brito, e pelos titulares das secretarias Federal de Controle Interno (SFC); de Integridade Pública; de Integridade Privada; e Nacional de Acesso à Informação, que apresentaram as estruturas de cada área e as suas competências.

As demais atividades foram conduzidas pela SFC, que contou com a colaboração das diretorias de Informações Estratégicas; de Tecnologia da Informação; de Governo Aberto e Transparência e do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos. Foram apresentadas as principais áreas de atuação da CGU, o Portal da Transparência, os sistemas internos, a ferramenta Alice e outras iniciativas com o uso de inteligência artificial, além dos sistemas de gestão de despesas e do portal nacional de contratações públicas. Parte da comitiva também participou, na Enap, do Seminário Inteligência Artificial, Governança e Democracia.



Registro dos servidores da SFC recebendo a delegação de Cabo Verde

OGP

CGU Participa de Diálogo Regional de Fóruns Multiatores

No dia 17 de setembro, a Controladoria-Geral da União (CGU), por meio da Coordenação-Geral de Promoção de Governo Aberto, participou do Diálogo Regional de Fóruns Multiatores da Parceria de Governo Aberto (OGP). O encontro virtual, que contou com a participação de diversos países da Parceria, como Canadá, Estados Unidos, Jamaica e México, teve como foco o compartilhamento de ferramentas e experiências sobre os Fóruns Multiatores.

Esses fóruns têm se consolidado como espaços essenciais de tomada de decisão no processo da OGP, promovendo uma maior colaboração entre governos

e sociedade civil. A participação da CGU no evento fortalece as agendas internas de governo aberto e contribui para a articulação com organizações da sociedade civil e entes subnacionais.

Ressalta-se que a CGU tem desempenhado um papel central na OGP desde sua fundação, tendo participado ativamente das discussões que culminaram na criação da Parceria e na aprovação da Declaração de Governo Aberto. Desde então, tem trabalhado em conjunto com a sociedade civil para co-criar planos de ação com o objetivo de promover a transparência e a inclusão social.

Globe NETWORK

CGU participa do 5º Encontro Plenário da Rede

Entre 23 e 27 de setembro, ocorreu o 5º Encontro Plenário da Global Operational Network of Anti-Corruption Law Enforcement Authorities (GlobeE), em Pequim, China. Organizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), o evento foi dedicado à discussão sobre o aprimoramento da cooperação internacional contra a corrupção, com a apresentação de painéis sobre o tema. Produtos desenvolvidos pela iniciativa conjunta também foram apresentados, sobretudo o encaminhamento do formulário de cooperação direta.

A delegação brasileira, chefiada pelo ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), Jorge Messias, foi composta por servidores da AGU e pelo diretor de Responsabilização de Entes Privados, Felipe Barbosa Brandt, que representou a Controladoria-Geral da União (CGU).

Foram realizadas reuniões bilaterais entre o Brasil e representantes da China, Congo, Argentina, Vietnã, Tailândia e do European Public Prosecutor's Office. Os encontros possibilitaram debater caminhos de cooperação, apresentar o funcionamento das instituições dedicadas ao combate à corrupção e conhecer os pontos de contato na Rede



Registro do diretor Felipe Barbosa Brandt no encontro da Globe

GlobE Networking para comunicações futuras, sobretudo, quanto a casos concretos e dúvidas procedimentais.

A agenda do Encontro Plenário contemplou a eleição para o Steering Committee 2025 – 2027 da GlobE Network. O Brasil foi eleito vice-Presidente e será representado pelo procurador Nacional da União de Assuntos Internacionais da AGU, Boni de Moraes Soares.

BLUE DOT NETWORK

Servidores da CGU participam de reunião com representantes da Rede

No dia 21 de outubro, o diretor de Responsabilização de Entes Privados, Felipe Barbosa Brandt, da Secretaria de Integridade Privada, e o coordenador-Geral de Auditoria das Áreas de Transportes, Portos e Aviação Civil, da Secretaria Federal de Controle, Marcelo Montalvão Reis, representaram a Controladoria-Geral da União (CGU) em reunião promovida pelo Ministério das Relações Exteriores com o Blue Dot Network, entidade internacional que atua na certificação da qualidade de projetos de infraestrutura.

Desenvolvida a partir de iniciativas dos governos da Austrália, Japão, Espanha, Suíça, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos, com apoio técnico da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento

Econômico (OCDE), a Blue Dot Network atua de modo a garantir aos investidores e outros stakeholders que projetos de infraestrutura possuam sustentabilidade social e ambiental, resiliência, transparência e eficiência econômica.

O objetivo da reunião era entender as formas de atuação da CGU e as possibilidades de atuação da entidade internacional no Brasil. Os representantes da CGU esclareceram acerca das funções de governo desempenhadas pela CGU, detalhando as ações em investimentos do setor de infraestrutura, além das iniciativas de integridade e prevenção da corrupção e responsabilização junto a empresas e entidades privadas.

SESSÃO INFORMATIVA

Servidores da CGU compartilham boas práticas com equipe técnica dos Emirados Árabes Unidos

No dia 15 de outubro, uma equipe técnica Autoridade de Accountability dos Emirados Árabes Unidos (UAEAA) recebeu sessão informativa, em formato virtual, organizada pela Assessoria Especial para Assuntos Internacionais da Controladoria-Geral da União (CGU).

A pedido dos colegas da UAEAA, o diretor de Pesquisas e Informações Estratégicas, Leonardo Alamy Martins, explicou sobre o trabalho dos órgãos federais na verifica-

ção de pessoas designadas a cargos públicos, detalhando o funcionamento do sistema Integrado de Nomeações e Consultas (Sinc), instituído pelo Decreto nº 9.794/2019.

Na sequência, a servidora Julia Rodrigues Lirio, da Secretaria de Integridade Privada, explicou e tirou dúvidas sobre as listas de empresas proibidas de contratar com o Poder Público no Brasil. Nesse sentido, detalhou o funcionamento do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), que consolida a relação das empresas e pessoas físicas penalizadas com a restrição de participar de licitações ou de contratar com a Administração Pública, e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), consolida a relação das empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013.

O servidor emirático Saud Abdalla demonstrou satisfação em receber as informações da equipe da CGU e mencionou ter tomado conhecimento das iniciativas brasileiras em reuniões internacionais. Segundo Abdalla, o conhecimento adquirido os auxiliarão a configurar a sistemática de verificação de pessoas designadas a assumir cargos públicos, bem como a elaborar listas de empresas impedidas de contratar em seu país.



Registro do encontro virtual com a equipe técnica emirática

FOROS E REUNIÕES INTERNACIONAIS

ONU

A CGU participa em nível ministerial da 79ª Assembleia Geral das Nações Unidas

O ministro da Controladoria-Geral da União, Vinicius Marques de Carvalho, realizou missão oficial a Nova Iorque, Estados Unidos, entre os dias 21 e 26 de setembro, onde participou da Abertura da 79ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), ao lado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Além de cumprir agendas como parte da comitiva presidencial à AGNU, o ministro participou de eventos paralelos e reuniões bilaterais com organizações parceiras, como o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), B20, Pacto Global das Nações Unidas e Parceria para Governo Aberto (OGP).

No evento “Risk and Resilience: Addressing the potential impact of corruption on financing for development and climate action”, organizado pelo UNODC, na Sede das Nações Unidas, o ministro destacou as ações estratégicas implementadas pela CGU para avaliar, orientar e fortalecer as capacidades do governo

relacionadas à ação climática, bem como a atuação da CGU na avaliação do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, a publicação do Relatório Integrado sobre Mudança Climática e as medidas de prevenção e combate à corrupção adotadas durante a tragédia climática no Rio Grande do Sul.



O ministro Vinicius Marques de Carvalho no evento organizado pelo UNODC

O ministro participou também da mesa redonda “Advancing a Culture of Integrity and Compliance”, organizada pelo Business 20 (B20), Grupo de Engajamento do G20. O painel “Integrity in Action: Success Cases of Incentives for the Private Sector” teve como foco os incentivos governamentais que estimulam o setor privado a adotar medidas de integridade e combate à corrupção.

Em seu discurso, o ministro destacou a liderança brasileira, sob coordenação da CGU, na promoção do tema em nível internacional, que resultou na aprovação de uma resolução sobre incentivos governamentais ao setor privado na 10ª Conferência dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, em dezembro de 2023, e na discussão de Princípios de Alto Nível para incentivar o setor privado a adotar medidas abrangentes de integridade, como uma das entregas prioritárias do Grupo de Trabalho Anticorrupção do G20.

Além disso, ressaltou as iniciativas internas da CGU para a promoção de uma visão ampla e abrangente de integridade, que leve em consideração as responsabilidades

sociais, ambientais e de governança das empresas. Destacou a forte adesão ao Pacto Brasil pela Integridade Empresarial, a reformulação do Empresa Pró-Ética e a atualização dos Guias de Diretrizes para Empresas para incluir um conceito amplo de integridade.



Registro do evento "Advancing a Culture of Integrity and Compliance"

O ministro Vinícius de Carvalho reuniu-se, ainda, com a diretora-Executiva do UNO-DC, a egípcia Ghada Waly. Na ocasião, convidou a diretora Waly a participar da reunião ministerial do Grupo de Trabalho Anticorrupção do G20, no dia 24 de outubro, em Natal/RN. Além disso, reiterou a prioridade da presidência brasileira do G20 em promover medidas de integridade e anticorrupção que contribuam para a redução de desigualdades e o desenvolvimento sustentável. As duas autoridades discutiram possíveis colaborações para a realização da Conferência do Clima (COP30), a ser sediada em Belém, no Brasil, em 2025.

Por fim, o ministro participou da Mesa Redonda de Líderes da OGP juntamente com outras altas autoridades de diversos países, além de representantes de governos sub-nacionais, sociedade civil, organizações não-governamentais e instituições parceiras. O Brasil foi anunciado como o próximo co-presidente da OGP, juntamente com a representante da so-

ciiedade civil, Stephanie Muchai, da International Lawyers Project, da Nigéria. Em sua fala, destacou a construção da Estratégia de Governo Aberto pela CGU e os avanços já alcançados pelo país na promoção da transparência, do engajamento cívico e da participação social.

Ao término do evento, reuniu-se com o CEO da OGP, Sanjay Pradhan, para tratar do papel de liderança global e regional exercido pelo Brasil na área de governo aberto. Destacou a realização do evento América Aberta, momento que congregou especialistas e autoridades de diversos países em Brasília, em dezembro, para discutir temas de transparência, acesso à informação, tecnologias emergentes e participativas, dados abertos, governo digital, entre outros.

Integraram a comitiva ministerial a chefe da Assessoria de Comunicação, Daniela Matos Thomson Andrade, a chefe do Cerimonial, Jeannine Torres, e o servidor Rafael Luz, da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais, acompanhados do diplomata brasileiro Thiago Braz.

OEA

CGU acompanha a 42ª Reunião de Peritos do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção

A Controladoria-Geral da União (CGU) participou da 42ª Reunião de Peritos do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (Mesicic), entre os dias 9 e 12 de setembro, na sede da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington D.C., Estados Unidos. A delegação brasileira foi composta pelo servidor Rafael Luz, da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais, além de representantes da Advocacia-Geral da União, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Polícia Federal e Ministério das Relações Exteriores.

A agenda de trabalho incluiu a aprovação dos "Indicadores para Prevenir, Detectar e Reduzir a Impunidade Relacionada à Proteção de Denunciantes e Testemunhas de Atos de Corrupção em Matéria Penal", além da discussão e aprovação do Relatório de Acompanhamento da Implementação das Recomendações da Terceira Rodada e de Avaliação da Sexta Rodada de Colômbia e Granada.

Os relatórios abordaram os avanços no arcabouço legislativo, desenvolvimentos tecnológicos e resultados obtidos na implementação das recomendações da Terceira Rodada referentes aos temas de denegação de tratamento tributário favorável a somas pagas por corrupção, prevenção do suborno doméstico e transnacional de funcionários públicos, enriquecimento ilícito, notificação da criminalização do suborno transnacional

e enriquecimento ilícito, e extradição. A avaliação referente à Sexta Rodada analisou a implementação do Artigo XVI da Convenção, sobre Sigilo Bancário.

Houve também a realização de uma sessão especial sobre "contratação aberta como ferramenta para prevenir a corrupção", que contou com a participação virtual do Secretário de Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Roberto Pojo. O Brasil apresentou o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o Portal de Dados Abertos do Governo Federal, bem como o Sistema ALICE, desenvolvido pela CGU para automatizar a detecção de fraudes e irregularidades em compras públicas. A sessão contou ainda com apresentações de especialistas da OEA, da *Open Contracting Partnership*, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, do Banco Mundial, além de intervenções de diversos países.



Registro da delegação brasileira na Reunião de Peritos

OEA

Brasil recebe visita dos peritos do Mesicic da Sexta Rodada de Avaliação

Entre os dias 1º e 3 de outubro, a Controladoria-Geral da União (CGU) promoveu a visita in loco dos avaliadores da Comissão de Peritos do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana Contra a Corrupção (Mesicic), no âmbito da Sexta Rodada de Avaliação. A equipe foi composta por Rodrigo Silva e Claudia Diaz, representantes da Organização dos Estados Americanos (OEA) e Claudia Alvarez, perita da República Dominicana.

Sob a coordenação da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais (AINT), a CGU, juntamente com a Advocacia-Geral da União; a Comissão de Valores Mobiliários; o Conselho de Controle de

Atividades Financeiras; o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, do Ministério da Justiça e Segurança Pública; o Conselho Nacional de Justiça; o Ministério Público Federal; o Departamento de Polícia Federal; a Receita Federal do Brasil; o Tribunal de Contas da União; o Banco Central do Brasil; o Conselho Federal de Contabilidade; e o Ministério das Relações Exteriores participaram de sessões temáticas para prestar esclarecimentos aos peritos após a etapa inicial da Rodada, que consistiu em preenchimento de questionário sobre o sigilo bancário (artigo XVI da Convenção) e as recomendações formuladas da Terceira Rodada.

A Sexta Rodada de Avaliação contempla a análise do artigo XVI da Convenção da OEA:

Sigilo bancário

1. O Estado Parte requerido não poderá negar-se a proporcionar a assistência solicitada pelo Estado Parte requerente alegando sigilo bancário. Este artigo será aplicado pelo Estado Parte requerido em conformidade com seu direito interno, com suas disposições processuais e com os acordos bilaterais ou multilaterais que o vinculem ao Estado Parte requerente.

2. O Estado Parte requerente compromete-se a não usar informações protegidas por sigilo bancário que receba para propósito algum que não o do processo que motivou a solicitação, salvo com autorização do Estado Parte requerido.

Ademais, são avaliados o cumprimento das recomendações formuladas aos Estados Partes na Terceira Rodada de Avaliação, que tratou dos dispositivos sobre extradição (artigo XIII), suborno transnacional (artigo VIII), benefícios tributários e enriquecimento ilícito (artigo IX).

As recomendações formuladas ao Brasil na Terceira Rodada estão disponíveis no [Painel Recomendações de Foros Internacionais](#).

O ministro Vinicius Marques de Carvalho abriu os trabalhos e deu as boas-vindas aos avaliadores e aos representantes dos órgãos e instituições brasileiras, agradecendo o

engajamento de todos. Ressaltou os marcos legais contra o suborno no Brasil, além de destacar a importância das medidas preventivas, ampliando o acesso à informação e promovendo a integridade nas organizações públicas e privadas.



O ministro da CGU abre os trabalhos da visita dos peritos do Mesicic

Ao longo dos dias, a prevenção do suborno foi tema de discussão, que incluiu questões como sigilo profissional, campanhas de conscientização focadas no setor privado e em contadores e auditores, táticas de investigação, manuais e diretrizes, programas informáticos, coordenação institucional, programas de capacitação e resultados.

Também foi possível debater os contornos do delito do suborno transnacional, a Portaria CGU nº 19/22, os Acordos de Leniência e os resultados atingidos com as ações dedicadas ao combate do suborno transnacional e do enriquecimento ilícito, além das capacitações e funções relacionadas às atividades de extradição, acompanhadas dos respectivos resultados.

Por fim, as atividades ainda permitiram o esclarecimento dos limites da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, os mecanismos utilizados para a cooperação internacional e os resultados atingidos com as políticas destinadas ao

sigilo bancário no âmbito de investigações, dentre outros.

Por parte da CGU, participaram servidores da Secretaria de Integridade Privada; da Secretaria Federal de Controle Interno; da Corregedoria-Geral da União; da Ouvidoria-Geral da União, além da AINT.

No último dia das reuniões, houve sessão específica entre os avaliadores e a Sociedade Civil, representados pela Transparência Internacional e pela Transparência Brasil, possibilitando aos peritos receber a visão da sociedade acerca dos temas sob avaliação na Sexta Rodada do Brasil.

Após a visita in loco, informações adicionais por escrito foram transmitidas aos peritos, sob coordenação da CGU. A próxima etapa do processo, dar-se-á em março, em Washington, DC, por ocasião da reunião regular da Comissão de Peritos do Mesicic. Nesse encontro, o relatório do Brasil elaborado pela equipe avaliadora será discutido entre os membros da Comissão e os representantes dos órgãos brasileiros designados para o debate.

OCDE

Controladoria participa da reunião do Grupo de Trabalho em Integridade Pública e Combate à Corrupção (WP-PIAC)

Nos dias 15 e 16 de outubro, foi realizada a reunião do Grupo de Trabalho em Integridade Pública e Combate à Corrupção (WP-PIAC) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em Paris, França. A Controladoria-Geral da União (CGU) foi representada pela coordenadora-Geral de Programas de Integridade, Tatiana Petry, da Secretaria de Integridade Pública. No encontro, foram abordados temas como representação privada de interesses, principais gargalos à promoção da integridade pública, influência estrangeira e a relação entre integridade e proteção de dados.

Uma das iniciativas mais discutidas durante a reunião foi o projeto de Indicadores de Integridade Pública, do qual o Brasil participa. Tal projeto visa mensurar a preparação e resiliência de sistemas de integridade pública para prevenir a corrupção, a má gestão e o desperdício de recursos públicos, em consonância com a Recomendação do Conselho da OCDE em Integridade Pública. A iniciativa da OCDE busca impulsionar a identificação

de forças e de fraquezas de sistemas de integridade, de forma a contribuir para a construção de estratégias que enderecem gargalos e desafios específicos de cada Estado. Nesse sentido, a iniciativa alinha-se à estratégia adotada pela CGU para impulsionar a integridade pública no âmbito do governo federal, que tem como base o Modelo de Maturidade em Integridade Pública (MMIP), publicado pela CGU, em 2023.

Até o momento, o Projeto de Indicadores da OCDE coletou dados sobre qualidade da estratégia em integridade; efetividade dos mecanismos de controle interno e gestão de riscos; e prestação de contas em políticas públicas. Para os próximos meses, espera-se que seja lançado o módulo referente a equidade, oportunidade e abertura de mecanismos de aplicação/sanção.

Atualmente, o projeto passa por um processo de ampliação, com o engajamento de cerca de 30 novos Estados participantes, muitos deles presentes nesta reunião de outubro do WP-PIAC.

EVENTOS

OCDE

CGU participa de painel sobre Inteligência Artificial

O servidor Gabriel de Luccas Ruiz, da Diretoria de Planejamento, Inovação e Sustentabilidade, da Secretaria Executiva, participou como convidado de evento International Public Sector Fraud Forum (IPSFF), promovido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico em parceria com a UK Public Sector Fraud Authority (PSFA). O fórum ocorreu entre os dias 9 e 13 de setembro de 2024, em formato virtual.

Reunindo especialistas de diversos países para debater práticas de combate à fraude no setor público, o fórum discutiu temas como gestão e prevenção de riscos de fraude, inteligência artificial e análises avançadas, além de tendências globais no combate à fraude.

O servidor foi um dos palestrantes da sessão intitulada "Analytics and AI for Assessing Fraud Risks and Targeting Control Activities" no dia 11 de setembro. Durante a apresentação, foram ressaltadas as iniciativas tecnológicas da Controladoria-Geral da União (CGU) no combate à corrupção, com destaque para as soluções inovadoras desenvolvidas pela instituição, como os sistemas e-CGU, Alice e Macros.

OCDE

CGU prestigia lançamento de relatório que oferece subsídios para fortalecimento da democracia participativa

Em 16 de setembro, a Controladoria-Geral da União (CGU) participou do evento online de lançamento do relatório "Promover a Democracia Deliberativa no País Basco, na Espanha", publicado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em parceria com o Arantzazulab, um laboratório de inovação em democracia e governança focado na promoção da governança colaborativa entre instituições públicas, cidadãos e sociedade civil.

Servidores da Coordenação-Geral de Promoção do Governo Aberto, da Secretaria de Integridade Pública, participaram do evento. Segundo a auditora Claudia Taya, "As conclusões do relatório têm o potencial de servir como referência para formuladores de políticas públicas não

apenas nas diversas regiões da Espanha, mas também nos demais países membros da OCDE, oferecendo subsídios importantes para o fortalecimento da democracia participativa".

O relatório destaca áreas de oportunidade para aprimorar a qualidade e o impacto de futuros processos deliberativos, além de trazer recomendações para transitar da experimentação para uma prática de deliberação pública sistêmica e permanente na região. Sua íntegra está disponível aqui.

Durante o lançamento, também foi apresentado o balanço de um projeto piloto realizado pela OCDE, a Arantzazulab e autoridades locais das cidades de Gipuzkoa e Tolosa, com o objetivo de testar a deliberação pública no País Basco.

AMÉRICA LATINA

CGU participa de evento em celebração ao Dia Internacional de Acesso à Informação

Para celebrar o Dia Internacional do Acesso Universal à Informação, comemorado em 28 de setembro, o Instituto Nacional de Transparência, Acesso à Informação e Proteção de Dados Pessoais (INAI) do México realizou o evento "Integridade, Transversalidade e Futuros Desafios do Acesso à Informação no Setor Público".

O encontro, em formato virtual, ocorreu no dia 26 de setembro e reuniu especialistas de vários países para debater os desafios e oportunidades em torno da transparência e do acesso à informação pública. Além do Brasil, autoridades da Argentina, Peru, Panamá e República Dominicana discutiram a implementação de políticas públicas para o acesso à informação, trocando experiências de sucesso e propondo estratégias para fortalecer a colaboração regional.

A secretária Nacional de Acesso à Informação, Ana Túlia de Macedo, representou a Controladoria-Geral da União (CGU) no Painel 3, intitulado "Rede de Transparên-

cia e Acesso à Informação (RTA): os desafios da inclusão do acesso à informação nas políticas públicas", destacando a trajetória do país na promoção da transparência desde a implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI) em 2012.

A Secretária ressaltou as mudanças institucionais necessárias para o estabelecimento da "cultura de acesso". Nesse contexto, apresentou a criação da Rede Nacional para a Transparência e o Acesso à Informação (RedeLAI), lançada em 2024, que contará com a atuação de municípios em 2025.

O Portal da Transparência e o sistema Fala.BR, ambos geridos pela CGU, foram destacados pela Secretária Ana Túlia, por permitirem aos cidadãos fácil acesso a informações governamentais. De igual maneira, informou sobre o uso de inteligência artificial no tratamento de pedidos de informação, em especial, por protegerem dados pessoais dos cidadãos.

OCDE

CGU participa de missão seguimento do projeto de assistência técnica da Arábia Saudita

Entre 29 de setembro e 3 de outubro, ocorreu em Riad, na Arábia Saudita, o quinto encontro no âmbito projeto de assistência técnica celebrado entre esse país e o Working Group on Bribery (WGB), da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O objetivo principal da missão foi o de avaliar a conformidade do sistema legal saudita com os artigos 1º e 2º da Convenção Antissuborno da OCDE, que tratam da criminalização do suborno transnacional e da adequada responsabilização de pessoas jurídicas.

Representando a Controladoria-Geral da União, a servidora Julia Rodrigues Lirio compartilhou as soluções legais e a experiência do Brasil nos processos de avaliação do WGB. A missão contou com a participação de investigadores, procuradores e juizes sauditas, além de especialistas da Itália, França, Grécia, Lituânia, Romênia e do Secretariado da OCDE.



Registro da servidora Julia Lirio com os representantes da Arábia Saudita

OCDE

CGU participa de Fórum Global da OCDE sobre confiança e democracia

A servidora Maria Fernanda Colaço Alves, da Diretoria de Estudos e Desenvolvimento da Integridade Pública (DEIP), da Secretaria de Integridade Pública, representou a Controladoria-Geral da União (CGU) no [Fórum Global da OCDE de 2024 sobre a Construção da Confiança e o Reforço da Democracia](#). O encontro ocorreu nos dias 21 e 22 de outubro, em Milão, na Itália.

Na programação constaram, dentre outras, discussões sobre confiança e resiliência democrática, o reforço da democracia representativa por meio da participação significativa dos cidadãos,

a satisfação dos cidadãos com serviços públicos, o engajamento dos cidadãos na transição verde, os benefícios e os riscos que podem impactar valores democráticos e direitos fundamentais com o uso da inteligência artificial na administração pública e a integridade da informação.

A servidora também participou ativamente do evento “Working Lunch Building Trust in Action: learning from countries experiences” e realizou reuniões bilaterais com a Open Government Partnership e servidores de outros órgãos do governo federal.

CAPACITAÇÃO

SEMINÁRIO

II Seminário Internacional de Boas Práticas Regulatórias do QualiREG

No dia 24 de setembro, a Controladoria-Geral da União (CGU) promoveu II Seminário Internacional de Boas Práticas Regulatórias do Programa de Aprimoramento da Qualidade da Regulação Brasileira (QualiREG), evento que atraiu representantes das agências reguladoras e de vários órgãos setoriais da administração pública.

Realizado em Brasília-DF, no auditório da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), o evento foi aberto pelo secretário Federal de Controle Interno, Ronald da Silva Balbe. Ele destacou a relevância do tema para aprimorar o ambiente regulatório e fortalecer as conexões entre os envolvidos. Agradeceu aos apoiadores do evento e aos participantes, destacando a importância de promover o debate sobre o tema.

Após a abertura, a especialista mexicana em Regulação, Delia Rodrigo, ressaltou a importância de uma agenda de boas práticas regulatórias que vá além das agências reguladoras. Segundo ela, essa abordagem é fundamental para fortalecer a transparência, a eficiência e a equidade no serviço público.

O evento contou também com painelistas como a secretária de Competitividade e Política Regulatória do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Andrea Macera, a diretora da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, Miriam Wimmer. Organismos internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e The Dataspere Initiative enviaram representantes para os painéis temáticos.